



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC
CAMPUS – VIII
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA**

UMA HISTORIOGRAFIA DO NEGRO NO BRASIL ESCRAVAGISTA

Paulo Afonso/BA,
NOVEMBRO/ 2018

NELCINÉIA SILVA SANTANA

UMA HISTORIOGRAFIA DO NEGRO NO BRASIL ESCRAVAGISTA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Colegiado de
ARQUEOLOGIA, da Universidade do
Estado da Bahia – UNEB, Campus VIII,
sobre a orientação da Prof^a Dr^a. Maria
Cleonice de Souza Vergne.

Paulo Afonso/BA,
NOVEMBRO/ 2018

Folha de Aprovação

UMA HISTORIOGRAFIA DO NEGRO NO BRASIL ESCRAVAGISTA

Trabalho de Conclusão de Curso/TCC apresentado no Curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arqueologia.

Aprovado em 17 de Dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria Cleonice de Souza Vergne
Universidade do Estado da Bahia – DEDC Campus VIII

Prof. Me Salomão David Vergne Cardoso
Universidade do Estado da Bahia – DEDC Campus VIII

Prof. Esp. Admilson Freire de Carvalho
Universidade do Estado da Bahia – DEDC Campus VIII

Paulo Afonso-BA
2018

Dedico esse TCC à minha mãe e ao meu pai
(*In Memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Gratidão ao criador de todas as coisas, a minha mãe, ao meu pai (*in memoriam*) e aos meus irmãos, pelo amor e pela acolhida sempre que preciso de colo. A Géssica e Sandro, os meus filhos, pois, esse é o único caminho que desejo a vocês, ao Nelsinho que me alegrou nos dias mais difíceis.

Aos colegas que estiveram sempre partilhando comigo seus saberes, valeu parceiros!

À minha orientadora Cleonice Vergner e ao co-orientador Salomão Vergner pelo apoio e ajuda.

Gratidão a todos que direta e indiretamente contribuíram para que essa caminhada desse certo. Enfim, sou grata a Arqueologia que me mostrou um universo de várias possibilidades, cabendo a mim a escolha de qual trilhar, o céu é o limite.

A todos, muito obrigada!

Não é sobre chegar ao topo do mundo e saber que venceu. É sobre escalar e sentir que o caminho te fortaleceu.

Ana Vilela.

RESUMO

O presente trabalho trata acerca de questões pertinentes ao Brasil escravagista, mostrando como se processou esse período, como viviam os negros que aqui chegaram para serem escravos. Objetivou-se realizar de forma sucinta uma historiografia do negro no Brasil escravagista. Como objetivos específicos: mostrar a importância da arqueologia para o entendimento de como se processou esse período; bem como, apresentar a função da indumentária negra como elemento cultural e sua relevância enquanto objeto de estudo na história do povo brasileiro. A metodologia utilizada foi de Revisão Bibliográfica fundamentada em livros, artigos, dissertações, entre outros, no intervalo de 1980 a 2018. Concluiu-se que a escravidão é um capítulo da História do Brasil que não deve ser negligenciado, apesar dela ter sido abolida há muitos anos, ela não pode ser apagada e suas implicações não podem ser deixadas de lado ou ignoradas e a arqueologia é a ponte para que maiores informações acerca do período escravocrata sejam disseminadas.

Palavras-chave: Arqueologia. Brasil. Escravidão. Negro.

ABSTRACT

The present work deals with issues pertinent to slavery Brazil, showing how this period occurred, as lived the blacks who came here to be slaves. The purpose of this article is to present a brief history of the Negro in slavery Brazil. As specific objectives: to show the importance of archeology to the understanding of how this period was processed; as well as to present the function of the black dress as a cultural element and its relevance as object of study in the history of the Brazilian people. The methodology used was Bibliographic Review based on books, articles, dissertations, among others, between 1980 and 2018. It was concluded that slavery is a chapter of Brazilian History that should not be neglected, although it has been abolished for many years, it can not be erased and its implications can not be overlooked or ignored, and archeology is the bridge so that more information about the enslaved period can be disseminated.

Keywords: Archeology. Brazil. Slavery. Black.

SUMÁRIO

RESUMO.....	07
ABSTRACT.....	08
INTRODUCAO.....	09
CAPÍTULO I: ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NO BRASIL.....	12
1.1 ARQUEOLOGIA HISTÓRICA BRASILEIRA.....	14
1.1.1 Arqueologia Histórica da Escravidão.....	18
1.1.2 Etnoarqueologia.....	20
CAPÍTULO II: O NEGRO DO CONTINENTE AFRICANO AO BRASIL ESCRAVAGISTA.....	24
2.1 O TRÁFICO NEGREIRO.....	34
2.2 CARACTERIZAÇÃO DO BRASIL COLÔNIA.....	39
CAPÍTULO III: A INDUMENTÁRIA DO NEGRO NO PERÍODO DO BRASIL ESCRAVAGISTA.....	42
4 METODOLOGIA.....	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
6 REFERÊNCIAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

Estudar questões pertinentes a escravidão no Brasil é de extrema importância, pois, a partir do conhecimento de como se processou esse fenômeno passamos a entender de forma mais clara a história do Brasil. A história do negro brasileiro não iniciou com o tráfico de escravos, tudo começou em tempo bem mais remoto, anterior à escravidão no continente americano, assim, fica claro que a escravidão teve sua gênese no próprio continente africano, aonde milhões de homens, mulheres e crianças já viviam aprisionados em seu próprio território de origem (SOUZA; MORTARI, 2016).

No Brasil, a escravidão foi bastante intensa no período colonial e foi marcada por diversas caracterizações ao longo do período. A utilização do negro como fonte de trabalho era de fato a mais viável alternativa para os colonizadores, uma vez que os gigantescos empreendimentos que a exploração exigiam uma eficiente funcionalidade (RODRIGUES, 2015).

Muitas pesquisas foram realizadas no que se refere ao negro, contudo, algumas lacunas ainda estão em aberto, a exemplo de como era o comportamento do grupo de escravos em relação à difícil vida que lhes era imposta, sobre a indumentária utilizada por eles, entre outras questões, e mesmo com o amplo estudo historiográfico que está disponibilizado, muita coisa ainda precisa ser desvendada (SILVÉRIO, 2003).

Conhecer a história do negro é muito relevante para o entendimento do que se tornou o Brasil atual, com a sua grande diversidade cultural, como ocorreu a formação da nossa sociedade e a influência recebida dos negros africanos escravizados através da música, da religião, da culinária, dos costumes, da indumentária, entre outros (RODRIGUES, 2015).

Acerca das vestes, as mesmas possuíam uma função social naquela época. As fotografias mostram isso de forma clara, quando apresenta um negro que trabalha na lavoura, no engenho, aqueles que trabalhavam na Casa Grande, o negro livre, cada um

com uma indumentária específica de acordo com a sua realidade (MELLO SOUZA, 2007).

Desse modo, o vestuário está diretamente associado à identidade e aos papéis sociais do negro no Brasil Escravagista. Estudos arqueológicos a esse respeito é muito escasso, por isso, é necessária a realização dos mesmos, haja vista que através deles muitas lacunas acerca dessa temática podem ser preenchidas, justificando assim, a construção desse trabalho.

As vestes, os objetos e os símbolos estão, há muito tempo delimitando fronteiras geográficas, caracterizando tribos, classificando castas e colaborando para a localização das sociedades no tempo e a edificação da imagem de um povo, de uma sociedade apenas pode ser feita meio da pesquisa de sua origem e do conhecimento de suas particularidades (REIS, 1993).

Diante disso, este trabalho teve como objetivo realizar de forma sucinta uma historiografia do negro no Brasil escravagista. Como objetivos específicos: mostrar a importância da arqueologia para o entendimento de como se processou esse período; bem como, apresentar a função da indumentária negra como elemento cultural e sua relevância enquanto objeto de estudo na história do povo brasileiro.

Essa monografia está organizada da seguinte forma: na seção 1, tratamos sobre algumas considerações acerca da arqueologia histórica e da etnoarqueologia para composição de um breve histórico de como foram processadas as antigas formas de organização humana e a construção das sociedades, por meio dos achados arqueológicos e suas evidências históricas. Na seção 2, tratamos sobre o Brasil colonial, mostrando como ocorreu a escravidão do negro desde sua saída da África e seu transporte por meio de navios negreiros, pelo Mar Atlântico, até chegar aos portos brasileiros, este tópico traz uma breve caracterização desse período. Na seção 3, abordamos sobre o vestuário dos escravos, e suas especificidades. Na seção 4, tratamos da metodologia utilizada para desenvolvimento do trabalho. Por fim, foram apresentadas as considerações finais.

CAPÍTULO I: ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

Etimologicamente, a palavra "arqueologia" derivou da união de dois termos gregos: *archaios*, que quer dizer "passado" ou "antigo"; e *logos*, que significa "ciência" ou "estudo"; destarte, arqueologia quer dizer "ciência que estuda o passado" ou "ciência que estuda o antigo" (PRADO JUNIOR, 2011).

Sendo assim, a Arqueologia é uma ciência social que objetiva entender ou adquirir informações acerca das sociedades e as antigas formas de organização humana através do estudo direto de evidências históricas. Geralmente, as pesquisas são realizadas através do estudo do solo e de materiais arqueológicos que foram danificados ao longo do tempo ou aterrados (PENA, 2018). Para Silva (2011, p. 1),

sabe-se que a edificação das sociedades, civilizações e todo o espaço geográfico resultado das atividades humanas manifestam-se a partir de uma gama de técnicas e objetos técnicos. Desse modo, o grau de progresso da utilização dessas técnicas e da produção desses objetos possui influência direta na forma em que funcionam essas sociedades. Destarte, a aquisição de informações acerca desses elementos pela Arqueologia é de extrema necessidade para a compreensão de como as pessoas realizavam suas atividades e como foram construindo seu espaço ao longo do tempo.

Já de acordo com Orser (1992), a arqueologia é considerada uma ciência que realiza estudos acerca das sociedades humanas levando em consideração os aspectos culturais consolidados na materialidade e tem grande relevância, uma vez que discute os usos e significados concedidos aos artefatos em diferentes períodos e espaços diferenciados pela sociedade. A partir dos vestígios e as distintas áreas de atuação, a arqueologia propicia uma visão crítica ao passo que oferece estudos que transcendem a mera coleta de artefatos, promovendo interpretações e a valorização dos bens sociais e o patrimônio material dos diferentes grupos.

É válido destacar que essa ciência se restringe em buscar, identificar, analisar e estudar objetos feitos pelos seres humanos nos períodos pretéritos, visando apreender um pouco acerca dos costumes e tradições dos grupos e sociedades primitivas. Os

primeiros interesses arqueológicos que surgiram remontam à Idade Média. A procura por vestígios das ruínas sagradas da Terra Santa, a exemplo do Templo de Salomão, já mostrava a necessidade de encontrar subsídios de antigas civilizações, uma vez, que a partir daí, desses fragmentos haveria uma melhor compreensão do que ocorreu em tempos longínquos (ANDERY et al., 1996).

No período do Renascimento, no século XVI, ante o crescimento da curiosidade acerca de como se processou a história das sociedades ao longo dos tempos, houve a revalorização da cultura clássica greco-romana. Então, na Itália as primeiras grandes descobertas ocorreram, com proeminência para o descobrimento das cidades de Pompeia e Herculano, que foram soterradas por cinzas da erupção do vulcão Vesúvio (LEONE; 1988).

Contudo, somente no século XIX a arqueologia veio a se solidificar. Jean-François, entre os anos de 1822 e 1824, fez a decifração dos hieróglifos egípcios, as inscrições na Pedra de Rosetta, motivaram a legitimidade da Arqueologia. A Pedra de Rosetta foi encontrada entre ruínas, por soldados de Napoleão no ano de 1798, em solo egípcio. As ruínas e os grandes monumentos da remota civilização egípcia mantinham guardados segredos para o entendimento de mais de três mil anos de história. Dessa forma, diversos estudiosos foram ao Egito entre o fim do século XIX e o início do século XX e assim, nascia a arqueologia como ciência (PENA, 2018).

Dois dos grandes nomes da gênese da Arqueologia eram egiptólogos, ou seja, especialistas em civilização egípcia, que no Egito escavaram em sítios arqueológicos. O primeiro é o britânico sir Flinders Petrie (1853-1942). Petrie que iniciou o seu trabalho escavando sítios arqueológicos da Grã-Bretanha, a exemplo do Stonehenge, contudo, foi em solo do Egito que se destacou, ao desenvolver um sistema de investigação e classificação para os achados arqueológicos das grandes pirâmides do Vale de Gizé, próximas à cidade Cairo (FERNANDES, 2018).

O segundo foi Howard Carter (1874-1939), assistente de Petrie, também egiptólogo, além do Egito também estudou os sítios arqueológicos da civilização da Núbia, e foi o responsável por encontrar a tumba do faraó Tutankhamon. Ainda no

século XIX, surgiu a figura do alemão Heinrich Schliemann (1822-1890), que descobriu sítios arqueológicos da civilização micênica, que antecedeu as cidades-estados da Grécia Antiga (CECATO, 2016).

E com o passar do tempo, à medida que as técnicas e os métodos científicos iam sendo aprimorados, a partir daí a Arqueologia foi evoluindo e alcançou inúmeras conquistas. No século XIX, foi possível desenvolver as primeiras teorias e discussões acerca da maneira em que viviam os homens primitivos, sobretudo, no período pré-histórico, fase que antecedeu o surgimento da escrita. No século XX, por sua vez, o elevado número de descobertas científicas fez com que essa ciência encontrasse o seu ápice e atingisse grande popularidade, apesar de ainda hoje existir alguns problemas relacionados ao tráfico de peças e artefatos antigos, o que traz muitos obstáculos para a realização das pesquisas sobre a história da humanidade (LIMA, 1993).

É válido mencionar que essa ciência também é responsável por trazer evidências acerca dos grupos negros, sua história, sua cultura, bem como, traz subsídios sobre a escravidão, através da Arqueologia Histórica (MENDES, 2014).

1.1 ARQUEOLOGIA HISTÓRICA BRASILEIRA

No Brasil, o interesse pela Arqueologia surgiu com a investigação acerca dos contextos derivados dos colonizadores europeus e seus descendentes, bem como, das suas relações com as populações nativas, e posteriormente, com o advento da escravidão no país. Surgiram no segundo quartel do século XX. Ao término dos anos 1930, empenhados em localizar as casas fortes edificadas no século XVI por Gabriel Soares de Souza no sertão baiano, Hermann Kruse realizou escavações em dois desses fortins que foram construídos com objetivos defensivos contra os índios daquela região. Os resultados desses estudos não foram publicados e/ou divulgados, existindo tão-somente relatórios que se encontram arquivados no Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) (LIMA, 1993).

Mas, com o passar dos anos, multiplicaram-se as pesquisas, a diversidade de abordagens, como também, os centros de pesquisa e a importação de modelos interpretativos americanos continuou, contudo, observou-se que havia crescido consideravelmente o interesse por conhecer mais profundamente as particularidades brasileiras (FUNARI, 2003).

Nessa mesma época, Loureiro Fernandes realizou um trabalho pioneiro no Paraná nos nichos existentes nos íngremes paredões da Serra Negra na região de Guaraqueçaba que continha ossadas humanas e vestígios de selos de argila que vedavam as aberturas na rocha. Esses túmulos foram interpretados como provavelmente pertencentes a negros quilombolas, todavia, nenhum reduto passível de lhes ser atribuído foi encontrado nos arredores (LEONE, 1988).

Na década de 1940, Virgínia Drew Watson, uma arqueóloga norte-americana desenvolveu uma abordagem arqueo-histórica a Ciudad Realdo Guairá que é uma antiga vila espanhola quinhentista no oeste do Paraná e publicou seus achados na *American Antiquity*. Ela coletou cacos cerâmicos, filiou culturalmente o material recolhido e abriu espaço para trabalhos vindouros nesse povoado (LIMA, 1993).

Nos anos 50 foram realizadas escavações na capela do antigo Colégio dos Jesuítas em Paranaguá, aonde nos dias de hoje encontra-se instalado o Museu de Arqueologia e Artes Populares sob a orientação de Loureiro Fernandes que visou trazer subsídios para restauração do prédio que foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mas, esses estudos também não foram publicados, foram somente registradas por Chmyz as informações que ela recebeu daquele pesquisador (KERSTEN, 1998).

Em 1961 foi decretada a Lei n. 3.924/61 que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. A partir daí iniciava-se uma nova etapa que trazia grande dinamismo, pois, implantavam-se muitas pesquisas nessa área em todo o Brasil. Destacando que essas pesquisas se davam mais intensamente em relação a arquitetura, ou seja, na esfera patrimonial, uma vez que era muito impregnada a

concepção elitista e eminentemente arquitetônica de bem cultural, privilegiando, especialmente, monumentos de pedra e cal (KERSTEN, 1998).

Houve também uma grande atração por exemplares da arquitetura colonial que determinou por um expressivo espaço de tempo os rumos da Arqueologia Histórica no país que se voltou para a busca por conventos, templos, igrejas, missões, fortificações, etc. Nessa época, havia um comprometimento muito grande com os trabalhos de restauração desses monumentos, geralmente, realizados pelos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e cultural do país, que acabou por enveredar por um caminho muito sedutor e atraente, porém, desviou essa ciência em algumas situações do seu compromisso maior que era a manutenção e a transformação das configurações culturais ao longo do tempo (LEONE, 1988).

Sendo reduzida, em muitas situações, a uma mera técnica a serviço de outras áreas, tais como, História e Arquitetura. Atuando em uma esfera simplesmente arqueográfico, apesar de sua excelência em muitos desses trabalhos, foi deixado de lado a sua potencialidade interpretativa, o que colocou a Arqueologia Histórica em um plano de relativa marginalidade, sendo colocada no Brasil como uma ciência de campo menor. Não era vista por muitos profissionais como uma modalidade da Arqueologia, por isso, passou por uma crise identitária, tendo seu papel relegado, a simplesmente de coadjuvante (FUNARI, 2001).

Nos anos de 1960, os primeiros trabalhos efetivamente sistemáticos foram desenvolvidos no país, com o intuito de realizar o repovoamento do interior e no século XXI a busca por terras férteis para o plantio do café, trouxe à tona as ruínas de antigos povoados que foram edificadas pelos espanhóis, ainda nos primórdios da ocupação, e após, foram abandonados em virtude das investidas dos bandeirantes, isso acabou chamando a atenção dos pesquisadores, uma vez redescobertos (SOUZA, 2011).

E durante a década de 1970, outro viés de investigação se tornou muito expressivo, não somente na região nordeste, mas principalmente, no sul do país, virtude dos trabalhos realizados nas missões: a análise dos contatos interétnicos e, conseqüentemente, os fenômenos de aculturação, logo após, aprofundados nos anos

80. A prática da Arqueologia Histórica no Brasil ficou assim limitada, em sua fase inicial, a essas duas regiões: nordeste e sul (MENDES, 2014).

O sudeste, mesmo tendo um potencial significativo em alguns estados, a exemplo de Minas Gerais, não se juntou, em um primeiro momento, a essa área emergentes, exceto, alguns registros, desenvolvidos por estudiosos do Rio de Janeiro, de situações de contato entre europeus e índios. Nesse estado foram ainda realizadas inúmeras escavações em remotas fazendas de café no Parque Nacional da Tijuca. Esses trabalhos, entretanto, nunca foram concluídos e os resultados, até então, não foram publicados. Não é de todo improvável que o desprestígio e a dificuldade da Arqueologia Histórica no que diz respeito à construção da própria imagem e identidade em um amplo processo de autodefinição, associados ao reduzido número de profissionais, tenham sido responsáveis por deixar lacunas nos estados do centro-oeste, norte e sudeste (FUNARI, 2003).

É válido destacar que com o retorno da liberdade de pesquisa e de abordagens, ocorreu uma intensa procura por respostas acerca das particularidades do povo brasileiro. Nesse sentido, nos anos de 1980, a arqueologia histórica buscava conhecer de forma mais profunda as missões jesuíticas, como também, fragmentos arqueológicos da relação entre indígenas e europeus (SOUZA, 2011).

Apesar do avanço, era necessário no Brasil colocar em prática uma nova metodologia para o trabalho em Arqueologia histórica, era fundamental que a mesma fosse testada de modo amplo e integrada. Era evidente a necessidade de ser implementado um plano de atuação conjunta que fosse capaz de experimentar a metodologia e debater a sua aplicação, tanto na teoria quanto na prática. A idéia surgiu, primeiramente, de Valentín Calderón (já radicado na Bahia), Mário Simões (CNPq) e de Fernando Altenfelder. A partir daí, foi sugerida e aceita o desenvolvimento de um Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) a ser desenvolvido por pesquisadores e patrocinado pelo CNPq e pela *Smithsonian Institution* (NETO, 2017).

Em 1990, os estudos arqueológicos foram expandidos e a partir daí, houve a necessidade de estudar os grupos subalternos, as culturas da resistência e as culturas

populares. Dando destaque ao estudo dos quilombos devido a sua originalidade. É válido ressaltar que pesquisas arqueológicas em busca de informações sobre refúgios de escravos são desenvolvidas em diferentes países da América Latina, a exemplo de Cuba, haja vista que havia uma grande preocupação no tocante à recuperação das trocas culturais realizadas entre europeus, negros e indígenas que fugiam da opressão e constituíam novas comunidades livres (FUNARI, 2003).

Na região nordeste do Brasil, em Goiás e em Minas Gerais, o estudo dos quilombos tem sido bastante relevante, levando em conta as suas distintas características. Entre os quilombos estudados, o dos Palmares, traz subsídios arqueológicos muito expressivos que mostram a originalidade da cultura material daquele quilombo, outrora habitados por indivíduos de diversas origens étnicas e culturais (FUNARI, 1996).

Os quilombos mineiros, por sua vez, revelam a interação entre as cidades de minério e os fugitivos. A arqueologia histórica também vem pesquisando outros subsídios da resistência, como no estudo dos sertanejos em Canudos, em que os casebres e objetos do cotidiano vem sendo mostrados pela arqueologia, entre outros (GUIMARÃES; MISS, 2009).

1.1.1 Arqueologia Histórica da Escravidão

A Arqueologia, como uma ciência social objetiva, principalmente, a cultura material, se constituindo, dessa forma como um caminho que dá acesso à história e cultura dos povos africanos, dos grupos escravos que de forma conjunta vem complementar os registros escritos. As informações trazidas através dos registros arqueológicos, basicamente, consistem em vestígios materializados do seu dia a dia, ou seja, de suas práticas rotineiras, que na maioria das vezes, eram realizadas secretamente, eram ocultas dos olhares da classe dominante.

Neste sentido, Symanski (2009), afirma que a Arqueologia Histórica, possui um elevado potencial no tocante ao fornecimento de informações, não passíveis de serem adquiridas por outros meios, no que se refere à dinâmica social dos escravos, a sua religiosidade, os padrões de vida material, economia, cosmologias, construção e reconstrução de identidade, entre outros. Apesar disso, as pesquisas em sítios de ocupação africana e afrodescendente no território brasileiro ainda são muito escassas, diferente do que acontecem nos Estados Unidos, ambiente em que estudos sistemáticos acerca da escravidão vêm sendo realizados desde os primórdios da década de 1970 em contextos como comunidade de Fugitivos, chácaras, plantations e unidades domésticas rurais e urbanas.

Como já anteriormente citado, Minas Gerais foi o berço da arqueologia dos escravos no país, seguido por escavações no quilombo do Ambrósio em Minas Gerais. Esses estudos, não foram continuados, houve somente a publicação dos primeiros resultados. Nos anos de 1992 e 1993, escavações exploratórias foram realizadas por Orser e Funari no quilombo dos Palmares, situado em Alagoas, mais precisamente na Serra da Barriga em Alagoas.

De acordo com Lima (1993), no Rio de Janeiro, na cidade de Vassouras, foram feitas escavações na senzala da fazenda São Fernando no início dos anos de 1990. Pesquisas mais atuais abrangem escavações em três pequenos quilombos do Rio Grande do Sul, bem como novas escavações no quilombo dos Palmares e escavações em uma senzala urbana na cidade de Martinho da Serra no Rio Grande do Sul. E no Mato Grosso, foram realizadas escavações em senzalas de dois engenhos de açúcar e em um quilombo da chapada dos Guimarães e nas senzalas do engenho São Joaquim, em Pirenópolis em Goiás (SOUZA, 2011).

Para Tavares (2006), algumas pesquisas vêm debatendo acerca dos modos como os escravos, em contextos diferentes, conceberam a sua cultura material com o objetivo de conservação, reprodução e transformação de cosmologias e práticas rituais, como vem sendo confirmado através da reprodução de escarificações em vasilhames cerâmicos artesanais, pela utilização de elementos devocionais de origem africana, a exemplo dos colares dos sepultamentos da Sé de Salvador.

É de grande importância mencionar que as escavações trazem informações relevantes acerca dos artefatos que eram produzidos pelos escravos e a partir disso, nos mostra a possível identidade desses grupos, uma vez que propicia a reprodução dos modos de vida e estilos que podem ter sido característicos de suas sociedades africanas de origem (SYMANSKI, 2009).

Estudar a diversidade estilística espacial e diacrônica traz subsídios acerca dos mecanismos de retenção de estéticas, significados e mesmo cosmologias de grupos africanos distintos, bem como, pode mostrar os processos de transformação originados através das trocas culturais entre diversos grupos. O material zooarqueológico, por sua vez, nos informa acerca das práticas para a subsistência desses povos, que envolvia estratégias para a realização de pesca, a caça e criação de animais para consumo da própria comunidade, sobre os hábitos alimentares conservados por eles (SOUZA, 2011).

O agrupamento de alguns elementos, enterrados de forma intencional ou encontrados junto a estruturas como fogueiras (moedas perfuradas, crucifixos, chifres, cristais, pregos, esqueletos de animais, conchas, entre outros), indicam a cultura das práticas rituais de africanos que coopera de forma considerável para a compreensão da história da conformação das religiões africanas, sobretudo, na zona rural (SYMANSKI; GOMES, 2012).

1.1.2 Etnoarqueologia

A etnoarqueologia surgiu através da inquietação que muitos arqueólogos tinham na busca por conhecer e compreender como funcionou e como foram as transformações sofridas pelas sociedades ao longo do tempo. Devido a isso, eles começaram um processo de coletar informações que compensassem a distinção de foco entre as pesquisas arqueológicas, que tratam, especialmente sobre as inferências a partir de esferas materiais da cultura, e os etnográficos, que se dedicam, antes de tudo, ao estudo dos aspectos não-materiais das sociedades que eram objetos de

estudo, criando pouca documentação sistemática sobre suas relações com as evidências materiais (GONZALEZ-RUIBAL, 2008).

Então, da coleta de informações que objetivava fazer uma investigação sistemática das relações entre a cultura material e o comportamento humano surgiu, a etnoarqueologia. Com ela, os arqueólogos desenvolveram pesquisas em comunidades contemporâneas apresentando e testando hipóteses no que se refere a relação entre cultura material e comportamento do homem e, com isso, passaram a fornecer subsídios para o entendimento das evidências arqueológicas (CARVALHO, 2012).

De acordo com Charlton (1994), desde o final do século XV, o descobrimento do Novo Mundo propiciou o encontro com diferentes populações, a partir daí, a utilização de dados etnográficos já mostrava grande relevância nas interpretações dos achados arqueológicos. No início, a observação desses grupos humanos e da sua cultura material instigou a investigação dos contextos arqueológicos na Europa, tendo como referência a etnografia americana. O emprego do dado etnográfico sob uma analogia geral e direta possibilitou a interpretação da forma como viviam as populações mais remotas do Continente Europeu, que eram parecidas com o modo de vida das populações do Novo Mundo.

Para Trigger (1992 apud SILVA, 2011), essa comparação tornou-se mais sistemática nos séculos XVIII e XIX, como crescimento neocolonialista e com o progresso do evolucionismo, quando as novas populações descobertas foram consideradas como grupos sociais em estágios culturais remanescentes do passado a partir da premissa de que estas teriam sofrido poucas mudanças ao longo do tempo.

A partir do século XX, a ênfase das pesquisas arqueológicas passou à classificação tipológica e estilística dos conjuntos artefatuais que foram interpretados como a representação da distribuição geográfica e da cronológica das sociedades do passado, numa tentativa de fazer uma relação da cultura material dos grupos étnicos (SILVA, 2011).

Segundo Tavares (2006), as evidências arqueológicas não foram mais analisadas como estágios de evolução, e sim, como variações regionais de natureza histórica e étnica. Esse panorama foi modificado com o desenvolvimento do estrutural funcionalismo britânico, que teve grande influência no pensamento arqueológico. Nesse novo cenário da ciência, o enfoque histórico-cultural passou a ser visto como ineficiente para elucidar e trazer explicações sobre o funcionamento e as modificações sofridas das sociedades pré-históricas.

Então, os achados arqueológicos passaram a ser analisados como integrantes de um sistema cultural e, onde a sua tipologia e a filiação cultural/étnica não eram mais vistos como principais objetivos das investigações. A partir desse momento, a etnoarqueologia passou a tentar compreender o processo de produção e utilização da cultura material, como também, a relação que há entre as populações arqueológicas e o ambiente. Foi deixado de lado o enfoque na relação cultura material e etnicidade, substituindo-a pelo objetivo de conhecer e compreender como era o modo de vida das sociedades remotas (TRIGGER, 1998).

Trazendo a etnoarqueologia para o contexto do negro no Brasil, observa-se que a mesma vem realizando investigações sobre as formas de como a população de negros escravos, em diferentes contextos, criaram uma cultura material objetivando à manutenção, conservação, reprodução e transformação de cosmologias e práticas rituais, de acordo como mostra a reprodução de escarificações em vasilhames de cerâmicas artesanais, a utilização de elementos devocionais de origem africana, a exemplo dos colares dos sepultamentos da Sé de Salvador (TAVARES, 2006)

Através de achados arqueológicos algumas questões podem ser esclarecidas e respondidas no tocante ao negro no Brasil por meio de evidências da cultura material, uma vez que esses achados permitem o entendimento de como se processou a escravidão no período colonial, como eram estruturados e articulados os espaços que viviam os negros, como eram as estruturas do entorno que abrangem senzalas, fogueiras, casas-grandes, entre outros (SYMANSKI, 2009).

Para Souza e Simanski (2009), os artefatos produzidos pelos escravos possuem papel ativo na reconfiguração identitária dessas sociedades, visto que, esses estudos promovem a reprodução de estilos que podem ter sido característicos dos grupos africanos matrizes. O estudo da diversidade estilística espacial e diacrônica, podem indicar mecanismos de retenção de estéticas, significados e mesmo cosmologias de distintas sociedades africanas, bem como, podem trazer importantes informações acerca dos processos de transformações oriundas das trocas culturais entre grupos diversificados, podendo trazer subsídios também da indumentária utilizada pelo negro escravo no Brasil colonial.

2 CAPÍTULO II: O NEGRO DO CONTINENTE AFRICANO AO BRASIL ESCRAVAGISTA

O Estudo da Idade Média concentra-se em três eixos basilares: a composição da cristandade na Europa Ocidental, o desenvolvimento do Império Bizantino na Europa Oriental e o surgimento e expansão da civilização islâmica, desde a Península Ibérica até a Pérsia, alcançando o norte da África e o sul da Europa. Geralmente, quando se chega à temática que trata acerca da expansão islâmica, tangencia-se a questão do desenvolvimento das civilizações na África nesse período, contudo, de modo mais breve e pouco expressivo. (SOUZA, 2007).

Desde a Idade Antiga, na região que constitui a África, algumas civilizações tiveram grandes destaques, como por exemplo, os povos cartagineses que eram de origem fenícia, eles viviam no noroeste africano, a civilização egípcia, que se estabeleceu no nordeste da África, a partir do delta do rio Nilo; o povo da Núbia, que se estabeleceu abaixo do Egito; Axum, civilização que vivia na região da atual Etiópia, entre outros. Todos esses povos tiveram contato com as sociedades ou civilizações da Europa Ocidental, a exemplo de Roma, em maior ou menor grau. Outras se estabeleceram na Península Arábica, nas planícies iranianas e no Extremo Oriente (FERNANDES, 2007).

A região do norte da África em toda sua totalidade, no período medieval, passou a sofrer uma forte introdução da sociedade árabe islamizada. A partir do século VII, o islamismo expandiu-se por toda a Península Arábica. Nesta época, houve respectivamente, um choque e um enriquecimento cultural da cultura árabe com as culturas locais africanas, como também, com as sociedades desse continente que já haviam tido influências cristã (EL FASI, HRBEK, 2010).

Ressalta-se que na região do Magrebe, a conversão ao islamismo aconteceu de modo sistemático, alcançando reinos poderosíssimos como o de Mali, como também, os povos nômades. Com o islã, a prática da escravidão, que era muito presente na África desde a Antiguidade, fortaleceu-se ainda mais (FERNANDES, 2007).

De acordo com Costa (2009) com a conversão de parte do Continente Africano ao Islã, houve uma maior estimulação para a escravatura, uma vez que essa prática já existia mesmo antes de Maomé, ainda no século VI. Nesse período, mercadores árabes eram freqüentadores corriqueiros de todos os portos da costa oriental africana, onde realizam as trocas de carnes, peixes e cereais com as tribos bantus, destacando que trocavam esses alimentos por escravos.

Ainda para Costa (2009), os povos negros não mulçumanos também consideravam a escravidão como uma prática muito normal, geralmente, os reis africanos possuíam muitos escravos em suas guardas pessoais, ou seja, serviam como soldados da guarda real.

Além do reino de Mali, outros reinos também tiveram relevante enfoque na África no período medieval, especialmente aqueles que se estabeleceram abaixo do deserto do Saara Kanem-Bornu, Gana, Benin e Iorubá e Benin, sendo que entre estes, a principal maneira de contato e de comércio eram as caravanas de camelos, que promoviam o deslocamento desses povos para longas distâncias em meio ao deserto com um número elevado de mantimento, escravos, pedras preciosas, metais, tapetes, porcelanas, tapetes, entre outras mercadorias (EL FASI, HRBEK, 2010).

Ressalta-se que os negros africanos viviam em grupos/tribos organizadas hierarquicamente onde se tinha reis, guerreiros e curandeiros. Caçavam, pescavam, realizavam atividades comerciais. Eram nações diferenciadas em relação a língua, cultos, costumes. Muitos grupos guerreavam entre si e os guerreiros que eram capturados passavam a ser escravos e eram comercializados para tribos amigas dos vencedores (SOUZA, 2010).

Neste sentido, observa-se que a escravidão já existia nesse continente mesmo antes da chegada dos europeus no século XV. Durante longo tempo, se achou que a escravidão que ocorreu na África foi mais suave e humanista quando comparada à escravidão realizada na América até o século XIX. Muitos defendiam a idéia de que o negro capturado era absorvido pelo povo que o capturava, o que caracterizou uma

escravidão exclusivamente de natureza doméstica, contudo, a escravidão no continente africano não acontecia apenas neste formato (HOLANDA, 1995).

Ressalta-se que a relação entre senhor e escravo na África também tinha como base a violência, as diferentes formas de castigos e de punições com o intuito de disciplinar. Os indivíduos eram retirados dos meios em que viviam, eram afastados de seus familiares, obrigados a aprender outras línguas e outros costumes, além de sofrerem humilhação e tortura. O negro escravo na África também se encontrava em posição de subordinação e também não era tratado com equidade (SOUZA, 2007).

A escravidão africana se configurava como bastante desumana e cruel. Nesse continente, os escravos surgiam por meio das guerras, uma vez que os perdedores das batalhas se tornavam prisioneiros sendo obrigados a trabalhar ou então eram vendidos pelos campeões das disputas. Mas, um homem poderia ser escravizado por outras razões, a exemplo de condenação por transgressão e por crimes praticados, inadimplência ou ainda por não possuírem recursos para sua sobrevivência. Lembrando que a escravidão existiu em muitos grupos africanos muito antes de os europeus começarem o tráfico de escravos para o Brasil (MOCELLIN; CARMARGO, 2010).

A escravidão se tornou um negócio lucrativo na África para os africanos que escravizavam, bem como, para os europeus que se valiam dessa prática. É de grande valia mencionar que na medida em que o tempo ia passando a condição de cativo ia reduzindo de geração a geração, havendo como norma não realizar venda de um escravo nascido em casa (FAUSTO, 2013).

Aproximadamente por volta de 1470 o comércio de escravos originários da África se tornou o maior produto de exploração vindo dessa região (Figura 1). No século XV Portugal e algumas outras regiões do continente europeu eram os mais importantes destinos para a mão de obra escrava africana. E com a colonização no Novo Mundo houve a mudança na rota do mercado consumidor escravagista fazendo com que o comércio fosse realizado em ampla escala (RODRIGUES, 2001).

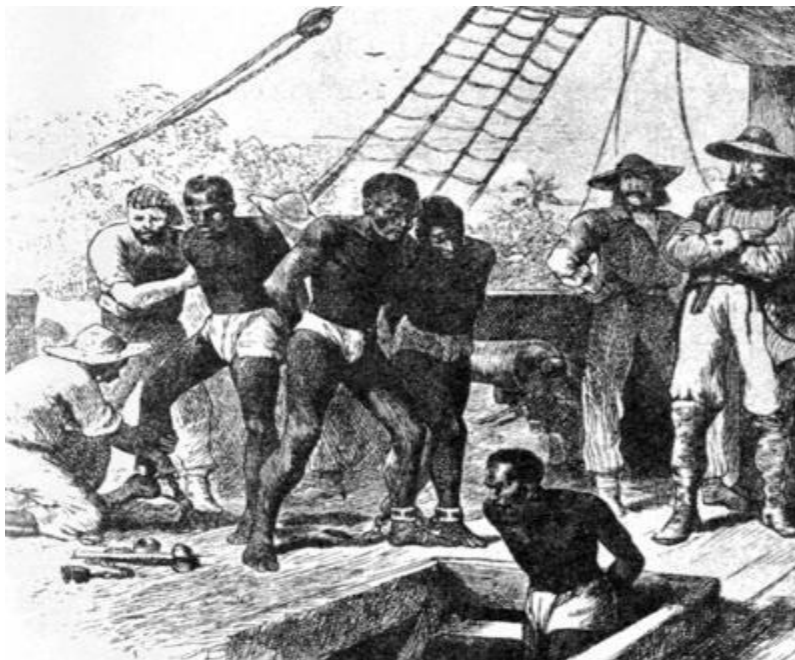


Figura 1¹ – Comércio de escravo

A imagem acima (figura 1) mostra negros sendo trazidos da África em um navio negreiro para serem escravizados no Brasil. Eram transportados amarrados, seminus, nos porões dos navios eram entulhados de forma desumana e cruel como se fossem objetos.

Grande parte dos escravos era oriunda da África Centro-Occidental, estes eram fornecidos por pessoas do alto escalão, tais como chefes políticos e mercadores. Os negros capturados eram trocados por diferentes produtos. Os escravos vinham também de toda a costa oeste da África, Cabo Verde, Congo, Quíloa e Zimbábue. Estavam divididos em três grupos: sudaneses, guinenos-sudaneses muçulmanos e bantus. Esses grupos representavam uma região específica do continente africano e eram destinados para o comércio (EL FASI; HRBEK, 2010).

A participação da população negra no Brasil Escravagista ocorreu a necessidade de mão de obra para a produção de cana-de-açúcar. Tendo já acontecido à exploração e dominação do litoral africano, a coroa portuguesa buscou nos negros a mão de obra

¹Fonte: História Brasileira. Disponível em:
<<http://www.historiabrasileira.com/files/2009/12/origem-escravos-africanos.jpg>> Acesso em: 02/12/2018.

adequada para a realização deste trabalho. A partir de então, foi estabelecido o tráfico dos negros, prática esta que atravessou longo período, forçando inúmeros negros a saírem de seu país e prestarem trabalho escravo no Brasil. Além de questões econômicas, a escravidão africana encontrou alicerce no discurso religioso cristão desse período, que compreendia a escravidão como um tipo de “castigo” que aproximaria os escravos da religião cristã (FAUSTO, 2013).

A escravidão sofreu incentivo da Coroa Portuguesa depois de 1570 e a partir de 1580 chegou à região nordeste do Brasil em torno de 2000 mil escravos africanos anualmente. Esses indivíduos chegavam em embarcações denominadas de navios negreiros, eram submetidos a condições extremamente desumanas e precárias, o que justificava a morte de metade dos cativos durante a viagem em virtude das más condições (SKIDMORE, 1998).

A escravidão foi transformada em uma atividade econômica altamente essencial, e isso é constatado pelo número de escravos cativos no Brasil, aproximadamente 11 milhões que eram provenientes da Costa Africana. Esse evento foi responsável pela influência da formação cultural do povo brasileiro. Haja vista que a escravidão presente durante quase 400 anos constitui o alicerce da economia material da sociedade brasileira, sendo responsável também pela miscigenação que constituiu a formação da população do país (PINTO, 2018).

A existência da escravidão influenciou na culinária, na religião, na música, bem como, no vestuário, entre outros aspectos que constituíram a cultura da diáspora negra que podem ser comprovadas por meios de estudos da Arqueologia Histórica que vêm através de suas pesquisas mostrando como foram dirigidas as missões jesuíticas, a relação entre os padres missionários e os índios guaranis, como também, conhecer a história da escravidão e da diáspora africana por meio do estudo dos quilombos, entre outros (FUNARI, 2013).

A literatura mostra que ao longo do processo histórico escravocrata africano no Brasil colônia, foram trazidos aproximadamente 3,6 milhões de africanos. Os escravos viviam em condições precárias, mal alimentados na maioria das vezes, e expostos a

diferentes tipos de violência; o que instigou nos escravos focos de resistência e fugas (HOLANDA, 1995).

A mão de obra escrava era marcada por extensas jornadas laborais que resultava em condições de vida cruel e que tinha como consequência o encurtamento dos anos vividos pelos negros. Concomitantemente, a força das armas e da violência, eram formas de castigo que auxiliavam de forma eficiente na dominação (SOUZA, 2010).

Durante o período colonial, o trabalho do negro foi empregado de forma ampla em outras atividades como na mineração e nas demais atividades agrícolas que passaram a ter espaço na economia nessa época (séculos XVI e XIX). As rebeliões ocorriam através das articulações dos escravos trazendo grande preocupação dos senhores. Em paralelo, aconteciam as fugas e o estabelecimento dos quilombos (FAUSTO, 2013).

É válido salientar que a escravidão moldou de forma intensa a sociedade brasileira tanto na cultura (culinária, música, idioma, vestuário, etc.) quanto na imposição de intenso preconceito racial que reflete ainda no século XXI e que precisa de medidas urgentes para amenizar os contrastes sociais existentes (SILVÉRIO, 2003).

A literatura existente acerca da escravidão no Brasil é muito grande e as metodologias utilizadas são as mais diversas. A trajetória trilhada nesse país pelos escravos, levando em consideração a maneira como aqui chegaram ou foram trazidos, até a sua adequação e reestruturação nesse novo ambiente colaboraram para que houvesse uma gradativa desumanização em relação aos aspectos estéticos, intelectuais, sociais e religiosos. Desse modo, o escravismo da Era Colonial no Brasil era considerado como um sistema ou como um meio de produção específico (GORENDER, 1923 apud SOUZA, 2007).

Observa-se que muitos estudos relacionados à escravidão brasileira ainda se restringem à concepção de um grupo explorado, ou seja, os escravos, em função daqueles que exploravam, ou seja, os exploradores. De forma rara, se tem um olhar

voltado para uma existência social mais real dos escravos negros trazidos da África (SILVA, 1987).

Para Gorender (1980), o sistema colonial escravocrata foi uma forma nova de produção, uma vez que se diferenciou de muitos outros contextos escravistas existentes na mesma época. A África não escravizava pessoas para venda, como aconteceu no Brasil. Souza (2007, p. 10) afirma que:

os africanos trazidos para terras brasileiras foram retirados de seus grupos e sociedades originais, foram tirados à força de seu território para um sistema totalmente desconhecido deles, foram trazidos para sobreviver em meio a um mecanismo de segurança em que os Senhores mantinham seus escravos desassociados e os indivíduos escravizados eram oriundos de diferentes sociedades.

Os escravos da África, em sua maioria, eram os prisioneiros de guerra, como já citado, e a condição de cativo ia diminuindo de geração em geração, e aqueles escravos nascidos em casa não poderia ser vendido. Outra distinção expressiva estava associada ao aspecto religioso, não esquecendo que o poder político naquela ocasião se confundia com o religioso. É de grande valia salientar que era relevante o apoio da Igreja Católica na prática da escravidão dos negros africanos (GORENDER, 2001).

O fluxo de escravos trazidos foi se intensificando de acordo com a expansão da produção de açúcar no nordeste brasileiro. Eles vinham de diferentes partes da África, do ano de 1440 a 1580, os escravos vinham da região do Rio Gâmbia (escravos da Alta Guiné; de 1580 a 1690, vinham exclusivamente de Luanda; de 1690 a 1850, os negros eram provenientes de portos situados em Angola e da Costa de Mina (SILVÉRIO, 2003).

Acerca do quadro estimativo de negros no Brasil Escravagista é formado por várias hipóteses que buscam fornecer um número mais próximo da realidade possível nesse período. Pandiá Calogéras (1998) calcula que eram mais de 15 milhões, tendo como base à capacidade proporcional dos navios negreiros, já estimadas as perdas de peças negras, nas viagens marítimas. Já Pedro Calmon (2002), estima em seis milhões

e o Economista Roberto Simonsen estima que eram 3,3 milhões de negros, tendo por referência a média de vida dos escravos e a produção de engenho em diferentes partes do país (Figura 2).



Figura 2² - Terras de engenhos.

²Fonte: Melle e Souza (2017).

A figura (2) acima apresenta o mapa das terras que possuíam engenhos, destino dos escravos trazidos do continente africano. Os milhares de negros que chegavam ao solo brasileiro eram levados cativos para esses engenhos.

Ressalta-se que a estimativa que mais parece ser aceita hoje em dia é a de Antonie de Tunay, que afirma que chegaram ao Brasil 3,6 milhões de negros escravos no decorrer dos três séculos em que houve o tráfico negreiro no Brasil, como já citado anteriormente (SILVA, 1987).

Quando se tem uma visão de todo o período em que houve a escravidão no Brasil, podemos encontrar três momentos. O primeiro vai de 1440 a 1580, onde escravos da Alta Guiné, na região do Rio Gâmbia eram vendidos em diferentes lugares da África, que os compravam para abrir florestas e minerar ouro; em Lisboa, eram encarregados dos serviços domésticos e de transporte; nas ilhas atlânticas trabalhavam nas plantações de cana e nos engenhos; nas ilhas de Cabo Verde, se concentrava mão-de-obra para a colonização portuguesa; e na América espanhola, na qual a prata que mineravam levava riqueza para Castela (SOUZA, 2007).

O segundo momento vai entre 1580 a 1690, Luanda foi o porto em que os portugueses mais comercializavam escravos. É o período das guerras angolanas: guerras contra os povos que resistiam à penetração do seu território pelos portugueses, guerras que faziam muitos prisioneiros que eram vendidos como escravos; guerras travadas para ocupação de terras onde supostamente haveria minas de prata; guerras que visavam capturar o maior número possível de indivíduos a serem vendidos para os comerciantes da costa. É também o período de grande crescimento da produção açucareira na região Nordeste do Brasil (MELLO SOUZA, 2007).

O Terceiro momento vai de 1690 até o fim do tráfico negreiro, em 1850, tanto os portos angolanos quanto os da Costa da Mina forneceram escravos para o Brasil, havendo uma ligação direta e estreita entre Costa da Mina e Salvador, e entre Rio de Janeiro e Angola. Sendo assim, chegaram mais escravos de origem sudanesa ao

Nordeste e mais escravos bantos ao Sudeste, que eram redistribuídos a partir desses dois portos. (RODRIGUES, 2001). Salienta-se que ao Norte do Brasil, pelos portos de São Luís do Maranhão e Belém do Pará, chegavam escravos vindos da Alta Guiné, sobretudo, da Bissau e de Cabo Verde, e também da região de Angola (MELLO SOUZA, 2007).

Além dessas regiões no século XIX a Zambézia também passou a fornecer escravos para o Brasil a partir da colônia portuguesa de Moçambique, pois, apesar da distância e dos custos maiores, a vigilância britânica sobre o tráfico atlântico de escravos, num período em que era grande a procura por eles, fez com que essa rota fosse vantajosa (MELLO SOUZA, 2007). A localização dos portos aonde chegava e eram comercializados os negros pode ser observado no mapa abaixo (Fig. 3).

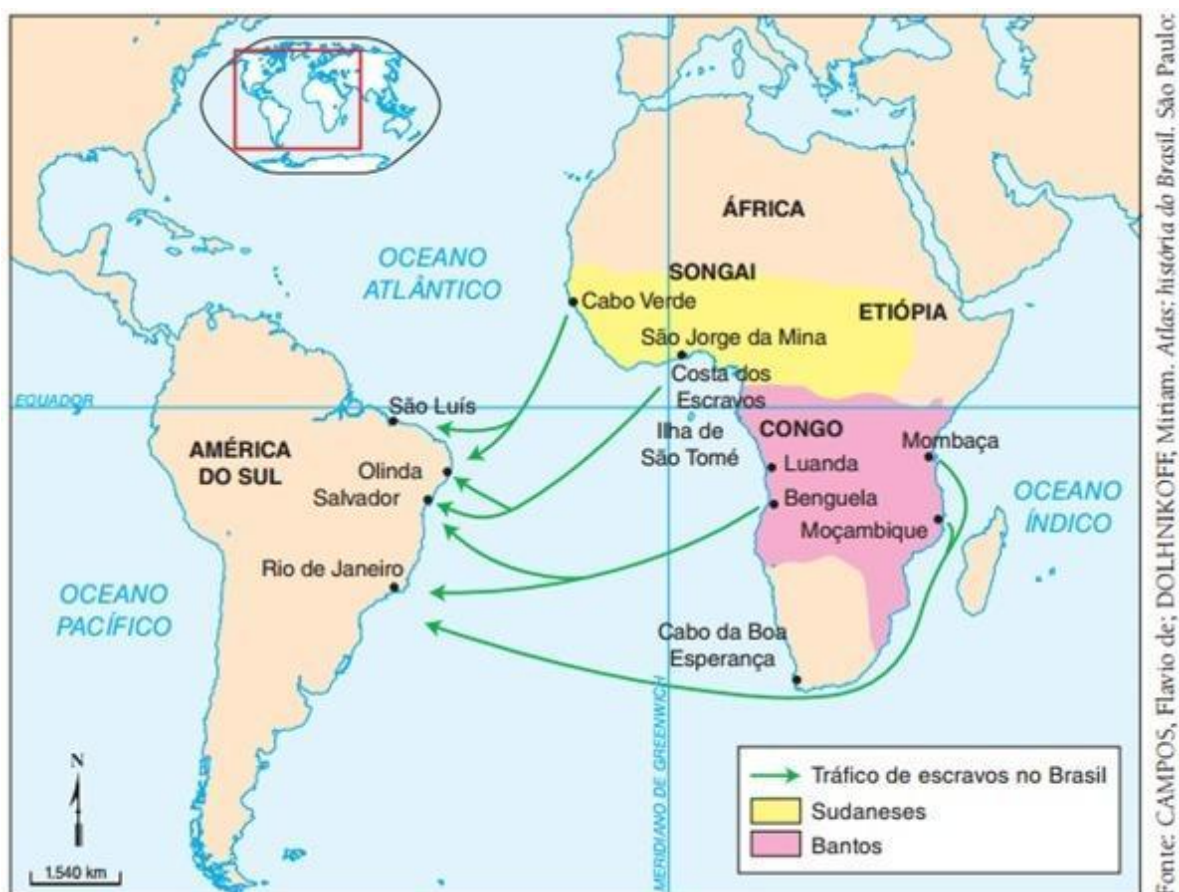


Figura 3³ - Localização dos portos.

³ Fonte: Wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa_antigo_de_Olinda_e_Recife_s%C3%A9culo_XVI.png>. Acesso em: 30/12/2018.

A imagem acima (figura 3) apresenta o mapa da localizam dos portos onde eram atracados os navios negreiros, e a partir da chegada nesses portos os negros eram levados para o destino final, ou seja, as terras onde serviriam como escravos.

2.1 O TRÁFICO NEGREIRO

O tráfico de negros teve sua gênese no Ocidente, no período da conquista de Ceuta, no ano de 1415. Nesse período, inicia-se também a exploração de Portugal na África. A história, nos séculos XIV e XV na Europa, acusando Portugal de ser o patrocinador inicial desse longo período marcado pelo sofrimento, humilhação do povo negro africano, logo após, nas Américas (AMORIM; PALADINO, 2010).

Antão Gonçalves está entre os primeiros que transportaram escravos para Portugal, entre os anos de 1430 a 1443. Porém, o primeiro grande contingente de escravos a chegar em Portugal veio através de Laçarote, famoso armador de porto de Lagos, provavelmente em 1443. (HOORNAET et al., 1995).

Um fator extremamente importante nessa época foi o apoio dado pelo Papa Nicolau V por meio da publicação da bula *Romanus Pontifex*, assinada em 8 de janeiro de 1445, que dava poderes de captura dos negros africanos aos navegantes portugueses, tendo como objetivo retirá-los da servidão perpétua, batizá-los e integrá-los nos moldes de sociedade adotada por Portugal (SILVA, 1987).

O fato de que a encíclica papal considerar o ovo africano sujeito à servidão perpétua mostra o conhecimento limitado da sociedade europeia acerca da vida social e cultural do povo africano. Para os colonizadores, direcionados pelo espírito da catequese cristã de salvar almas, os africanos, com sua cultura, costumes e diferentes formas de praticar sua fé, deveriam ser oprimidos, por meio da condenação imediata (RODRIGUES, 2001).

Os líderes da corte do rei de Portugal, ao aplicar a mesma análise, não tinham nas suas avaliações uma perspectiva que fosse, de fato, transmitir uma nova mensagem, como propõe o anúncio do evangelho. Seus interesses estavam totalmente desvinculados da essência do conteúdo da religião, contudo, isso era uma estratégia sempre útil para mantê-los em comum acordo com os interesses econômicos e de dominação, relativamente, aos povos descobertos (SILVA, 1987).

Ao papa, restava corrigir os gestos agressivos e invasivos dos navegadores, abençoando suas ações e acentuando como positiva a prática do proselitismo, que consistia na violação das experiências religiosas dos africanos, com a implantação da exigência da fé e da prática religiosa dos colonizadores, ou seja, o catolicismo.

Com as contínuas investidas por terras africanas, a Coroa Portuguesa cria leis que beneficiam a prática arbitrária do aprisionamento e tráfico de negros para o Brasil. E em 1522, o papa dá a D. João III o direito ao Padroado⁴, fornecendo dessa forma, amplos poderes ao rei para arrebanhar a maioria possível de 'novos crentes' à fé católica, fortificando, respectivamente, empreendimentos que trariam vantagens por meio da exploração dos nativos em prol do crescimento territorial da Coroa (AMORIM; PALADINO, 2010).

De acordo com Hoornaet et al. (1995), o direito de padroado dos reis de Portugal só pode ser entendido dentro do contexto da história medieval. Na realidade não se trata de uma usurpação dos monarcas portugueses de atribuições religiosas da Igreja, mas de uma forma típica de compromisso entre a Igreja de Roma e o governo português.

⁴Comumente, está relacionado ao direito de protetor, adquirido pelo fundador ou de quem dotou uma igreja. Direito de dar benefícios eclesiásticos. Nos textos historiográficos, Padroado está associado ao direito de autoridade da Coroa Portuguesa a Igreja Católica, nas terras de domínio Lusitano. Esse direito do Padroado consistiu na delegação de poderes ao Rei de Portugal, concedida pelos papas, em forma de diversas bulas papais, uma das quais uniu de forma perpétua a Coroa Portuguesa à Ordem de Cristo, em 30 de dezembro de 1551. A partir de então, no Reino Português, o Rei passou a ser também o patrono e protetor da Igreja, com as seguintes obrigações e deveres: a) Zelar pelas Leis da Igreja; b) Enviar missionários evangelizadores para as terras descobertas; c) Sustentar a Igreja nestas terras. O Rei tinha também direitos do Padroado, que eram: a) Arrecadar dízimos (poder econômico); b) Apresentar os candidatos aos postos eclesiásticos, sobretudo bispos, o que lhe dava um poder político muito grande, pois, nesse caso, os bispos ficavam submetidos a ele. (FRAGOSO, 2000, p.14).

O padroado concedia aos monarcas portugueses o direito de cobrança e administração de dízimos eclesiásticos, isto é, a taxa de contribuição dos fiéis para a Igreja, vigente desde os tempos mais remotos. É válido ressaltar que os documentos históricos corroboram os atos de atrocidades e violências que foram perpetrados contra os negros escravizados, quando da saída do seu território de origem, durante a travessia marítima, até a chegada na terra em que ficariam cativos (FRAGOSO, 2000).

Esta realidade pode ser observada da forma como eles eram transportados, eram jogados nos porões das embarcações que eram conhecidas por navios negreiros, ali, inúmeros negros de diferentes regiões e grupos africanos, clãs e reinados iriam constituir um grande e único contingente de indivíduos humilhados e submetidos aos mais cruéis maus-tratos que a história do período colonial mostra (SILVA, 1987).

A convivência nos porões (Figura 4) desses navios era terrível havia muita sujeira, que poderia ser notada pela falta de higiene, alimentação escassa, que resultava em muitas moléstias e enfermidades contagiosas, que se tornavam incuráveis nos 120 dias de viagem, levando muitos escravos à morte (SILVA, 1987).

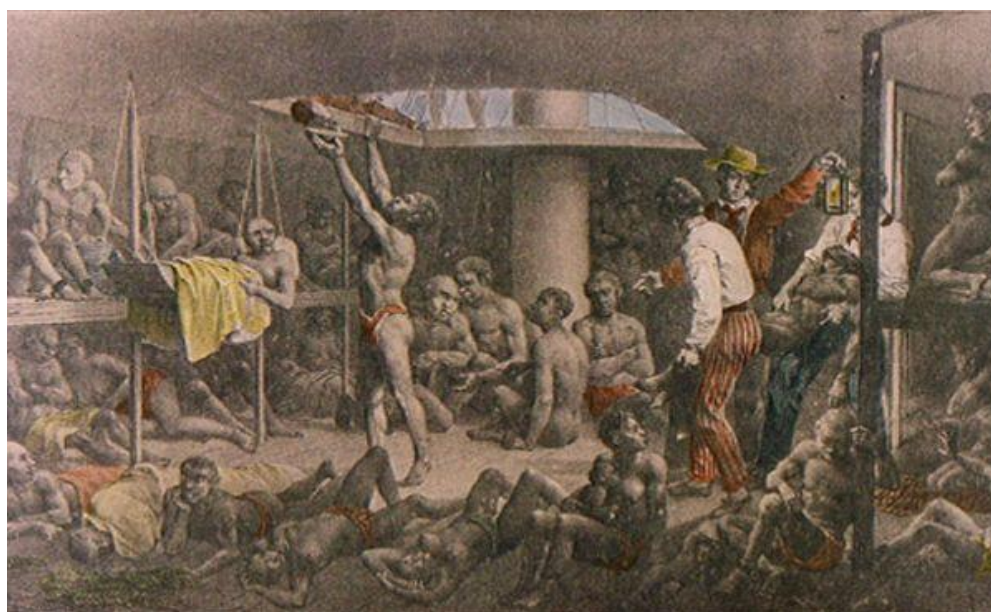


Figura 4⁵ – Porão de um navio negreiro.

A figura acima apresenta o porão de um navio negreiro, ambiente insalubre, sem higiene, onde os negros eram depositados sem conforto, ficavam vulneráveis a muitas enfermidades, sofriam maus tratos, etc. É de grande valia mencionar que os negros que durante o trajeto, por conta das más condições que estavam submetidos, fossem devido à saúde frágil, considerados incapazes de dar lucro nas vendas aos senhores de engenho, assim como aqueles que morriam, eram jogados ao mar, em algumas vezes com a bênção do sacerdote que acompanhava a viagem para administrar os sacramentos do batismo e a unção dos doentes (HOORNAET et al.,1995).

Com raríssimas exceções, encontramos gestos de bondade por parte dos comandantes, em relação aos maus-tratos que eram infligidos aos negros aprisionados. Às vezes, a sensibilidade do comandante, o levava a ter atitudes benevolentes, permitindo, por exemplo, que os escravos tomassem um pouco de sol no convés, porém, sempre com uma condição, a realização de tarefas, tais como, dançar e pular para divertir a tripulação (RODRIGUES, 2001).

Uma prática muito comum no tráfico de negros era a eliminação de cargas consideradas supérfluas, como por exemplo, comida ou ração para os negros, água e pão, pois, quanto menor o número de cargas, maior seria o espaço para preenchimento com os escravos, e conseqüentemente, maior seria a lucratividade (SILVA, 1987).

Os negros eram considerados como peças, toneladas, nunca seres humanos e estavam sob o domínio de algozes, que utilizando as mais eficientes técnicas de tortura, apenas esperavam o destino que essas peças haveriam de tomar, quando da sua venda nos portos brasileiros. O comércio dos negros era realizado nos cais do porto (Figura 5). Eles eram vendidos em lotes da totalidade estocadas nos navios, lembrando que os lotes eram constituídos conforme os critérios, tais como, idade, força

⁵Fonte: PORTAL DO PROFESSOR (2018).

física e sexo e por último, eram incluídas as crianças que sobreviviam durante a viagem (MATTOSO, 1982).



Figura 5⁶ - Escravos esperando para serem vendidos

Essa imagem retrata escravos recém-chegados em um porto esperando para serem vendidos, como já citados eles eram considerados peças, ou seja, objetos que possuíam um valor econômico. Entre esses escravos, estavam mulheres e crianças muitas delas, ainda de colo.

De acordo com Mattoso (1982) uma peça da África, geralmente, era de 1,75 metros de negro. Dessa forma cinco negros na faixa etária de 30 a 45 anos, que somados tinham 8,34 metros, representavam não cinco escravos, mas, 4,76 peças. “Dois negros de 1,60 metros eram 3,20 metros de peças de escravos”.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DO BRASIL COLÔNIA

⁶Fonte: Mello e Souza (2007).

O período denominado de Brasil Colônia refere-se aquele em que o país era pertencente a Coroa Portuguesa. Naquela época, Portugal tinha como forma de governo a Monarquia ou Império. O Brasil Colonial compreendeu o período de 1530 a 1822 e foi iniciado quando o governo português enviou ao Brasil a primeira expedição chefiada por Martim Afonso de Souza. (SILVA, 1997).

Em 1532, Martim Afonso de Souza foi o responsável por combater a pirataria vinda da França. O mesmo também instalou em São Vicente, a primeira vila dotada de um engenho para produção de açúcar. Para que houvesse a colonização do Brasil de fato e para que fosse assegurada a posse da terra, em 1534, o governo português (a Coroa) dividiu o território em 15 capitanias hereditárias (RODRIGUES, 2001).

Essas capitanias eram grandes lotes de terra que se expandiam do litoral até o limite determinado pelo Tratado de Tordesilhas. Esses pedaços de terra foram dados a donatários (capitães), que pertenciam à pequena burguesia lusitana composta por nobres, que, por sua vez eram responsáveis pela defesa local e a colonização (SOUZA, 2010). O ramo da produção de açúcar foi escolhido devido apresentar a possibilidade de ser um produto muito lucrativo, já que poderia abastecer o mercado europeu. Foi na região nordeste brasileiro que essa atividade atingiu seu maior nível de desenvolvimento, especialmente nas capitanias de Pernambuco e Bahia (RODRIGUES, 2001).

É válido destacar que nos séculos XVI e XVII, a região Nordeste foi o centro dinâmico da esfera social, política e econômica do país. O que caracterizou a relação Brasil - Portugal naquela época foi o monopólio (exclusivismo comercial) que esse país detinha sobre os produtos brasileiros. Tão-somente os comerciantes portugueses podiam comercializar as riquezas brasileiras. Exemplificando, o açúcar produzido no Brasil, para ser vendido na Espanha teria que anteriormente, passar pelos portugueses. Bem como, os produtores brasileiros de açúcar só poderiam vender seus produtos para os portugueses (LOBO, 2007).

Ressalta-se que nesse período, a principal mão de obra, foi a escrava. Eram os escravos vindos da África nos navios negreiros ou seus descendentes quem laboravam dia após dia na produção do açúcar, na criação de gado, na extração de ouro e em outras atividades. O escravo era o indivíduo que pertencia a outra pessoa, ou seja, era um objeto, uma mercadoria que não era dono de seu próprio corpo e realizava trabalho forçado, sem receber salário justo e sim, recebia em troca pelo seu trabalho um pouco de comida e roupas (SILVA, 2015).

O escravo brasileiro vivia em barracos denominados de senzala, usavam vestimentas de algodão grosso e andavam descalços. A expectativa de vida de um escravo era de 30 anos, uma vez que devido às condições precárias em que viviam eram vítimas de doenças e de esgotamento físico. Ressalta-se que esse tipo de mão de obra foi adotado porque era a maneira mais barata e lucrativa de produção de açúcar (Figura 5), já que essa era a principal atividade desse período (SOUZA, 2010).



Figura 5⁷ - Maroagem em um engenho para a produção de açúcar

A figura acima mostra o trabalho dos escravos no engenho, observam-se alguns fazendo o transporte da cana em carros de bois, outros laborando no processo de maroagem da cana e sendo observados pelos feitores. O senhor de engenho era o

⁷Fonte: MELLO e SOUZA (2017).

dono das propriedades açucareiras, o mesmo tinha como residência a casa grande, possuía muitas extensões de terra, os latifúndios.

Detinham o poder sobre a mão de obra escrava. A monocultura foi outra importante característica do Brasil Colônia, pois, para o açúcar oferecer lucratividade aos seus produtores, era imprescindível que o mesmo fosse produzido em grande escala, por esse motivo, em muitas fazendas apenas se plantava cana-de-açúcar (LOBO, 2007). Salienta-se que nessa época, grande parte do que se produzia no Brasil era destinado ao mercado externo. O açúcar e ouro extraídos eram comercializados fora do país pelos portugueses. Já produtos como carne de gado e milho eram destinados ao consumo interno (local). Os maiores beneficiários da lucratividade do Brasil eram os reis, a nobreza, seus auxiliares e os comerciantes portugueses (MELLO SOUZA, 2007).

3 CAPÍTULO III: A INDUMENTÁRIA DO NEGRO NO PERÍODO DO BRASIL ESCRAVAGISTA

Mesmo sendo tão expressiva a produção historiográfica relacionada à escravidão no Brasil, reduzida atenção tem sido dada ao vestuário dos escravos, com algumas exceções. A escassez de pesquisas relacionadas a essa temática se dá, em grande parte, pela carência de documentos históricos, sobretudo aqueles oriundos de achados arqueológicos. Em exceção dos relatos de viajantes, poucas são as fontes, iconográficas ou escritas, que nos mostram como eram as indumentárias dos indivíduos escravizados no Brasil (RASPANTI, 2014).

O padre jesuíta André João Antonil repreendia os senhores de engenho por não disponibilizarem vestimentas adequadas para os seus escravos. De acordo com Antonil (1711):

Se o negar esmola a quem com grave necessidade a pede, é negá-la a Cristo Senhor nosso como ele diz no Evangelho, que será negar o sustento e o vestido ao seu escravo? E que razão dará de si quem dá serafina e seda e outras galas às que são ocasião de sua perdição, e depois, nega quatro ou cinco varas de algodão e outras poucas de pano de Serra a quem se derrete em suor para o servir?, e apenas tem tempo para buscar uma raiz e um caranguejo para comer? (ANTONIL, 1711.p.26 apud IANSEN, 2011, P. 1)

Dessa citação pode-se perceber que o tipo de tecido que era feita a roupa dos escravos era muito inferior aos tecidos dos brancos. Quando o negro era escravo de um senhor que se preocupava um pouco com ele sua roupa era feita de algodão e pano da Serra que eram tecidos de preço reduzindo, ou seja, barato e a quantidade fornecida era de quatro ou cinco varas⁸.

Percebe-se também que no contexto do Brasil colônia havia existiam outros tecidos, tais como, serafina que era um tipo de tecido feito de lã estampada e seda, que eram considerados muito sofisticados. Porém, é válido ressaltar que Antonil em sua obra que os escravos nessa época, a maioria deles, andavam maltrapilhos, como também, a população colonial pobre também fazia uso de indumentárias muito simplórias (SOUZA, 2007).

Ressalta-se que nesse período histórico, apesar da simplicidade das vestimentas dos negros, havia uma grande diversidade quando se tratava de roupas e dos acessórios por eles usados, revelando acerca do cotidiano da sociedade no Brasil colonial. Para a sociedade colonial, o responsável por vestir um escravo era sempre o seu senhor. O jesuíta André João Antonil, em sua obra *Cultura e Opulência do Brasil*, escrita em 1711, diz que “o que pertence ao sustento, vestido e moderação no trabalho, claro está, não se lhes deve negar (cabe ao senhor cuidar do) modo com que se cubra e vista, como pede o estado de servo, não parecendo nus pelas ruas (ANTONIL, 1711, p. 27).

Essa afirmação sugere que o correto seria que os negros escravizados sempre usassem vestimentas decentes, porém, sem luxo ou sofisticação, uma vez que seria

⁸Uma vara corresponde a 1,10 m.

condizente com a sua condição, e isso vem mostrar um intenso senso de hierarquia que norteava a sociedade colonial (NICOLAI, 2017).

A realidade, todavia, era muito distinta do cenário idealizado pelo padre Antonil. Os negros (homens, mulheres e crianças) chegavam de seus locais de origem em condições extremamente precárias nos terríveis navios negreiros, quando tinham a sorte de não perecerem no decorrer do trajeto, como já visto anteriormente. A partir daí, eram postos à venda. Assim, é necessário fazer duas colocações quando se fala dos negros cativos: aqueles que trabalhavam nas lavouras e os que viviam na área urbana (IANSEN, 2011).

Na zona rural, comumente, as vestimentas se restringiam a peças de algodão grosseiro. A maior parte deles não usava sapatos ou sandálias, andavam descalços. Os servos geralmente faziam uso de somente uma camisa longa ou, os mais abastados, usavam calções para cobrir o corpo. Isso mostra que eles andavam seminus. As mulheres tinham como indumentárias saias e blusas largas, amplas, com o tronco à mostra, sempre confeccionadas com tecidos rústicos (SOUZA, 2007).

Os escravos que viviam na casa-grande usavam roupas mais completas. Os homens faziam uso de calças e camisas de algodão. As mucamas, como eram chamadas as negras que viviam nesse ambiente, usavam saias e blusas, a cabeça coberta por turbantes. Os tecidos podiam ser coloridos e algumas usavam chinelos. Os cabelos eram muito curtos ou raspados, já que naquela época independente da classe social havia uma infestação de piolhos, assim, era mais higiênico usar o cabelo dessa forma. Destaca-se que os pajens e as mucamas vestiam geralmente roupas à maneira européia, em alguns casos. As roupas eram casacos, vestidos, calções, camisas, coletes, e chapéus de confeccionados com tecidos finos (IANSEN, 2011).

Pode-se observar também na literatura que os escravos da região serrana do Rio de Janeiro e do Estado de São Paulo, usavam camisa de baeta azul, poncho vermelho e algum tipo de chapéu devido ao clima frio. O poncho era confeccionado de tecido espesso e resistente, contudo, essa peça não era regra entre todos os cativos, haja vista que alguns viviam regiões mais quentes. (NICOLAI, 2017).

Jornais de época trazem algumas informações acerca da vestimenta dos escravos do período colonial. As matérias trazem textos que tratam de anúncios de escravos fugitivos, como mostra os trechos na imagem abaixo (Figura 6):

—
 "Em 12 de maio de 1852 fugiram (...) dois escravos:
 Um mulato de nome **Marcino** (...), levou uma faca de cabo de prata e uma pistola garrucha, uma capa de pano escocês além de mais roupa fina (...).
 Outro (...) levou chapéu de minas, capa redonda, um pala branco e outro pintado de lã usado e sem forro, um paletó de brim e mais roupa grossa e fina (...)."
 (Aurora Paulistana, 27 de maio de 1852)

"50\$000 de gratificação a quem aprender um escravo de nome José (...): levou roupa de algodão e poncho velho de forro encarnado."
 (Aurora Paulistana, 28 de julho de 1852)

"Fugiu no dia 4 de agosto corrente um escravo (...) de nome Sabino (...), levou paletó de pano azul, forrado de **baetilha** xadrez e calça de algodão azul trançado (...)."
 (Aurora Paulistana, 21 de agosto de 1852)

"Em princípio de maio do corrente ano fugiram da fazenda (...) dois escravos (...).
 1º Miguel (...) Quando fugiu levou vestido calça e camisa de algodão, camisa e coberta de baeta azul e um ponche velho, mas pode ter já mudado de traje.
 2º Francisco (...) Quando fugiu levou vestido calça e camisa de algodão mas pode ter já mudado de vestuário. (...) Ambos eles têm sinais de terem sido castigados por serem muito fujões."
 (Aurora Paulistana, 21 de agosto de 1852)

"Fugiu (...) um escravo crioulo de nome Gabriel (...) com um sinal de gancho no pescoço e outro no pé defronte do tornozelo. Levou consigo um **ponchinho** velho e sem forro, duas camisas das quais uma de algodão, por baixo de uma de baeta azul, levou também calça de algodão da terra e um chapéu de pano branco velho e já rasgado."
 (Aurora Paulistana, 29 de agosto de 1852)

"Fugiu (...) um escravo mulato de nome Amaro (...), foi vestido de camisa e calça de algodão, chapéu de palha, levou um poncho de pano azul e forro de baeta da mesma cor, e igualmente levou uma foice."
 (Aurora Paulistana, 25 de outubro de 1852).

“Figura 6 – Trechos de jornais que tratam da fuga de escravos mostrando suas vestimentas
 Fonte: IANSEN (2011).

A imagem nos mostra que os anúncios trazem os diferentes tipos de roupas e tecidos usados pelos escravos, assim como, os acessórios utilizados por eles no momento da fuga.

É o que confirma Iansen (2011) quando diz que fica claro através desses anúncios que as roupas eram bem diversas, mas acrescenta que alguns tipos de vestimentas que os escravos levavam no ato da fuga não, necessariamente tinham que ser suas e em situações de fugas planejadas um escravo poderia guardar ou ocultar algumas peças durante algum tempo, visando à substituição das vestes usadas no

momento da fuga, o que elevava, sobremaneira, a possibilidade de sucesso em esconder-se dos caçadores de recompensas que certamente seriam enviados a procurá-los.

Antonil (1711) sugere que os negros recém chegados da África que eram conduzidos a uma fazenda vizinha de Rezende, usavam vestimentas novas e as mulheres vestiam-se com uma coberta de pano azul, bem como, usavam blusa tipo bata de algodão e saia colorida, os homens vestiam-se com carapuça de lã vermelha, camisa e calção de algodão grosso. E para dormir eram cobertos por cobertores.

Todavia, não se sabe ao certo quanto tempo essas roupas novas duravam e se no decorrer do tempo vestimentas decentes eram oferecidas aos negros. Ressalta-se que Debret, em obra mais ou menos contemporânea, fez o registro de escravos usando roupas rasgadas (Figura 7) e outros vestidos decentemente (Figura 8). Não que a situação dos negros escravizados tivesse melhorado, porém, é fato que, de forma gradual, alguns senhores passaram a achar constrangedor que seus cativos andassem maltrapilhos. Oferecer-lhes indumentárias decentes não era, portanto, meramente uma questão de humanidade, era visto como, a honra dos senhores que estava em jogo (RASPANTI, 2014).

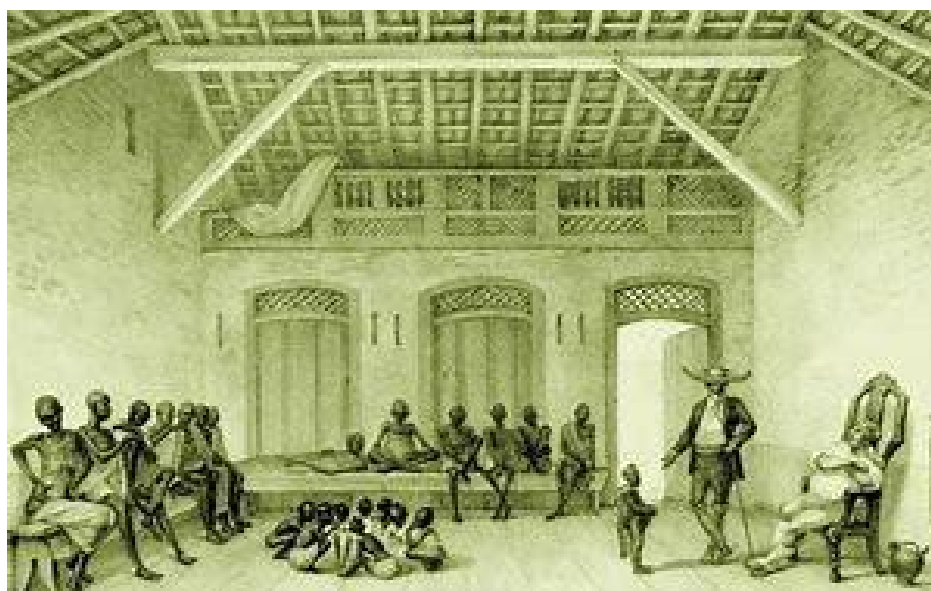


Figura 7⁹ - Escravos vestidos em trapos

⁹Fonte: IANSEN (2011).

A figura acima apresenta um contingente de escravos vestidos de forma precária, alguns quase seminus, entre eles crianças, provavelmente esses escravos trabalhavam fora da casa grande e viviam nas senzalas.

As senzalas eram habitações ou alojamento onde viviam os escravos, elas existiram durante todo o período escravagista e eram edificadas no interior das unidades de produção (fazendas de café, engenhos ou nas minas de ouro). Tinham como características: eram grandes galpões, ou de médio porte que abrigavam os escravos no período noturno; eram acomodações rústicas, desconfortáveis e abafadas, já que possuíam poucas janelas. Eram construções feitas geralmente de barro e madeira e não eram divididas, ou seja, não possuíam divisórias. Os escravos dormiam no chão de terra batida ou sobre a palha e havia na frente das senzalas um tronco (pelourinho) utilizado para amarrar o negro escravo com o objetivo de castigá-los fisicamente. Os escravos eram devidamente trancafiados à noite, com o objetivo de impedir as fugas em massa (IANSEN, 2011).



Figura 08¹⁰ - Escravos vestidos de forma decente

¹⁰Fonte: BING (2018).

Os escravos caracterizados na imagem acima se tratam de negros que serviam na casa grande, como já visto neste trabalho, os mesmos se vestiam de forma decente e muitas vezes de forma luxuosa porque a aparência do escravo mostrava o nível de status do seu senhor.

Outro ponto importante é sobre os escravos que eram responsáveis por levar as liteiras. Iansen (2011), afirma que era visto nesta época um senhor ou senhora sendo levados em liteiras¹¹ (Figura 9). Eram carregados dependendo da liteira por dois ou quatro escravos e uma fila de escravos andando atrás.



Figura 9¹²: Senhora sendo carregada por escravos em liteira

¹¹Liteira é um móvel aberto, com janelas, que muito parecido com uma cabine, trabalhada em detalhes minuciosos, nela eram carregadas as pessoas mais abastadas das sociedades. As liteiras chegaram ao Brasil no período colonial e foram amplamente utilizadas pela nobreza. Ver liteiras pelas ruas neste período era bastante comum. Sendo que as liteiras também poderiam ser em formato de redes (SILVA, 2018).

¹²Fonte: SILVA (2018).

Esses escravos usavam indumentárias de tecidos finos, possivelmente já usadas. Quanto mais abastado era o Senhor maior número de escravos ele exibia. As sinhazinhas circulavam pelas ruas acompanhadas de suas mucamas, que eram levadas para fazer-lhes companhia e para segurar as sombrinhas evitando que o sol escurecesse a pele delicada dessas pessoas (NICOLAI, 2017). Essas escravas poderiam exibir em seu visual algumas jóias (Figura 10).

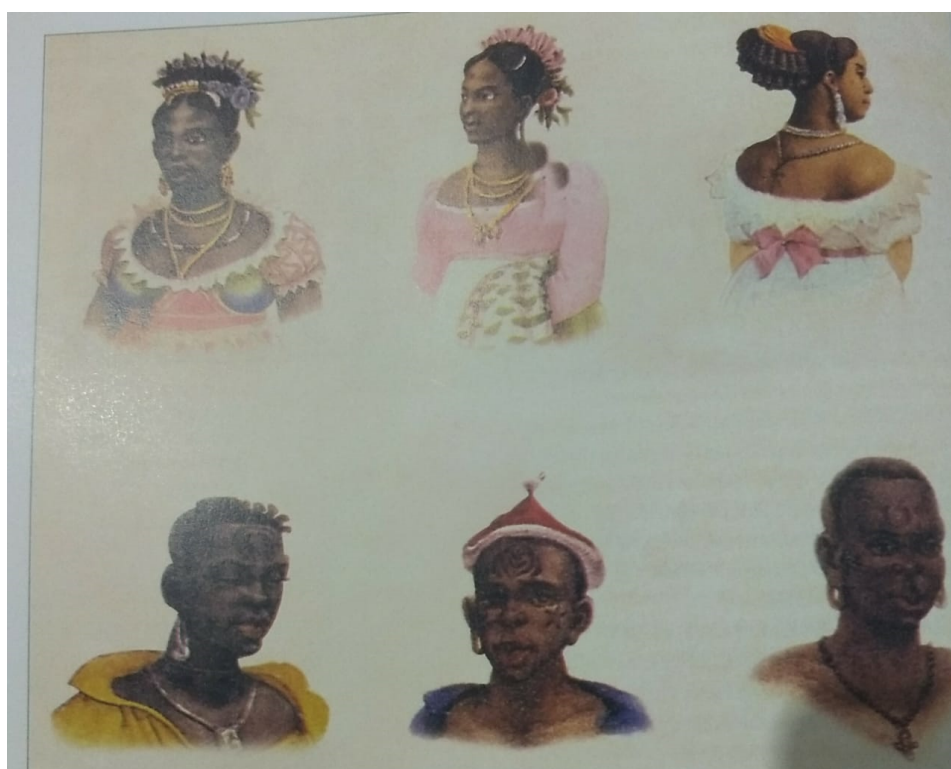


Figura 10¹³ – Mucamas

Imagem de escravas que serviam como mucamas, fica claro que elas usavam roupas de tecidos finos, além de acessórios como colares, brincos, chapéus, enfeites no cabelo, entre outros.

¹³Fonte : MELLO; SOUZA (2008).

A indumentária do negro em rituais festivos era bastante diversificada, como por exemplo, das vestes usadas na festa de celebração do rei, realizada na época do natal, os homens usavam uma tanga à cintura ou calças curtas, *seminus*, enfeitados com muitas penas de cores diferentes, fitas e seda e uma tiara de papel dourado. Usavam também máscaras que cobriam o rosto, outros se lambuzavam de tintas brancas, vermelhas, entre outras cores (COMERLATO; MORTARI, 2000).

É de grande valia mencionar nos eventos que eles participavam ou que realizavam, eles externalizavam as tradições e costumes da matriz africana, por isso, usavam indumentárias específicas ainda que inseridos em território diferente (QUINTÃO, 2008). Desde o fim do século XIX, o modo tradicional de investigação do vestuário, tratava as indumentárias como soma de peças e a peça como espécie de fenômeno histórico, no qual era essencial, antes de tudo, averiguar e analisar as circunstâncias de origem e datar o surgimento (SYGMATSU, 2017).

O estudo do vestuário propicia a visualização de um problema epistemológico comum a todas as camadas sociais quando inseridas em seu contexto histórico: o de ser um modo normativo, estrutural, mas em constante transformação. Daí é fundamental que o vestuário seja pensado como um elemento da cultura material associado aos valores culturais e as questões socioeconômicas de seu tempo (SOUZA, 2007).

Julita Scarano estudou sobre a roupa dos escravos e forros no contexto de Minas Gerais no século XVIII. Para essa autora, o vestuário possui um viés simbólico, que vai muito além de sua necessidade material: pois ele representava as classes socioeconômicas, ou seja, as funções que exerciam cargos, entre outros. As vestes, tanto as que eram dadas pelos senhores, que tinham primeiramente o objetivo de “cobrir as vergonhas”, quanto as que os próprios escravos adquiriam ou usavam em seus festejos, estavam inseridas em um rol de significados. Em resumo, tinham a função social separar e diferenciar (SCARANO, 1992).

De acordo com Thomas (2004), o enfoque da maioria dos trabalhos acerca das vestes dos escravos, assim como, de todas as pessoas das diferentes classes sociais, é que as mesmas funcionavam como um meio de comunicação, isto é, a partir de sua “função expressiva”. Roupas e ornamentos eram considerados ferramentas que indicavam *status* e identidades que já existiam no mundo social. Isso significa que as afiliações grupais eram transmitidas através de informações condensadas numa forma material, ou seja, por meio de suas roupas (SUGMATSU, 2017).

De acordo com Hodder (1982), as indumentárias são um meio passivo pelo qual identidades que já foram desenvolvidas em outra arena são transmitidas entre os indivíduos. A materialidade, é compreendida como o receptáculo de significados que lhe são exteriores, tornou-se secundária à vista dos significados por ela transmitidos.

Contudo, enquanto algumas variáveis sociais podem ser indicadas pelas vestimentas, o vestir não é um reflexo passivo desse cenário ou realidade. Essa compreensão, a arqueologia pós-processualista, tendo como base a abordagem contextual e simbólica da cultura material, já havia sido apontada desde os anos 80. Ressalta-se que a simbolização material não é um processo passivo, visto que objetos e atividades sobre a sociedade representam e agem de forma ativa. Existe o papel ativo e dinâmico da cultura material: objetos eram utilizados para legitimar a ordem social estabelecida na época, como também era visto como força de transformação social (HODDER, 1982).

4 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesse estudo é de Revisão Bibliográfica, esse método serve como um norteador para todo e qualquer tipo de estudo, pois busca aprofundar o conhecimento sobre o tema estudado, mediante a utilização de trabalhos já publicados como embasamento teórico, desta forma compreende-se como pesquisa bibliográfica o ato de escolher, selecionar, realizar a leitura e documentá-las para construção de um novo trabalho, no qual o pesquisador anseia desenvolver (GIL, 2010).

De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 35),

a revisão bibliográfica é indispensável para a delimitação do problema em um trabalho científico e para obter uma idéia precisa sobre o estado atual dos conhecimentos sobre um tema, sobre suas lacunas e sobre a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento. As principais fontes a serem consultadas para a elaboração da revisão bibliográfica são artigos em periódicos científicos, livros, teses, dissertações e resumos em congresso.

Esta pesquisa foi realizada através de materiais bibliográficos, como artigos científicos e livros, acervo de materiais eletrônicos e mecânicos que forneceram subsídios que serviram como base para fundamentação do mesmo. O intervalo proposto para seleção de material foi de 1980 a 2018.

Os principais autores utilizados foram: Antonil (1799), Silva (1987), Lima (1993), Funari (2003), Souza (2007), Mello Souza (2007), Symanski (2009), El Fasi (2010), Souza (2011) e Iansen (2011), entre outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desse trabalho visou apresentar de forma breve a historiografia do negro no Brasil escravagista. Para isso, foram ressaltados alguns momentos fortes a população negra nesse período. É clara a opressão que esse povo sofria desde a sua vivência na África até chegar ao destino em terras brasileiras.

Nessa época, houve o desenvolvimento do mercantilismo, onde a economia brasileira se assentava em três importantes pilares: o território (domínio dos senhores) onde era desenvolvido o comércio de produtos alimentícios, especialmente, a cana-de-açúcar, o minério e a mão-de-obra e escrava.

Esse período trazia consigo toda a barbárie possível e ficou visível que o limite da crueldade do senhor estava na passividade do escravo. Na sociedade escravagista, as instituições, a exemplo da igreja não só compactuou com a crueldade sofrida pelos negros, como também, dentro dos seus espaços eclesiásticos, favorecendo a inserção de mão-de-obra escrava africana.

Em solo brasileiro, o trabalho do negro foi intensamente utilizado pelo viés do abuso e da violência, as longas jornadas laborais traziam conseqüências nefastas, devido a condição de vida extrema, a qual eles eram submetidos, fazendo com que fossem acometidos por enfermidades, e por conseguinte, tendo suas vidas abreviadas.

A classe que dominava na época, uma minoria de pele branca, justificava a escravidão por meio de idéias racistas e religiosas, afirmando a sua superioridade. Nessa época as diferenças entre as raças eram barreiras sociais, apesar disso, o negro africano contribuiu de forma expressiva para a construção do Brasil de hoje. Depois de uma dura travessia pelo Oceano Atlântico, os negros foram obrigados a mudar a sua forma de viver, adaptando seus costumes e tradições ao novo ambiente. A partir daí, foram incorporados os elementos africanos ao seu cotidiano nas lavouras, nos engenhos de açúcar, nas minas, nas cidades, no interior da casa grande.

Observou-se que um aspecto importante em relação ao negro no Brasil colonial era a sua indumentária, nos antigos engenhos de açúcar, os escravos se vestiam de maneira precária, contudo, essa situação variou com o passar dos anos, pois passou a haver uma maior preocupação sobre o vestuário dos negros por parte de alguns senhores, principalmente em eventos públicos, já que a indumentária usada pelo escravo mostrava o nível social e político de seus senhores.

Ficou claro também que o vestuário do negro era considerado como um meio de comunicação, já que possuía uma função bastante expressiva, uma vez que mostrava *status* e identidades. A roupa usada pelos escravos também deixava evidente o intenso poder da classe dominante no período escravocrata.

Outro ponto importante aqui demonstrado foi acerca da importância da Arqueologia para o entendimento da escravidão no Brasil, pois através de seus achados é mostrado como se processou esse evento no período colonial, traz subsídios de como ocorria os aspectos culturais e sociais desse povo, a relação entre os escravos, e destes com seus senhores, etc.

A Arqueologia vem se constituindo como uma via de acesso à cultura e a história do negro africano escravizado no Brasil e dos grupos descendentes, e as evidências arqueológicas trazem informações importantes e complementares aos registros escritos, podendo preencher também lacunas. Os registros arqueológicos da escravatura e dos grupos são vestígios materializados de práticas do dia a dia, práticas estas que, em muitas situações eram realizadas ocultamente, distante dos olhares da classe dominante.

Em resumo, a Arqueologia, tem grande potencial de trazer à tona, informações concretas não passíveis de serem adquiridas por outros meios, acerca dos padrões de vida dos escravos dos diferentes grupos que aqui chegaram. Os achados arqueológicos desse período são fundamentais para o entendimento da participação do negro na história da sociedade brasileira e a sua relevância para a valorização da cultura negra. Haja vista que a partir das descobertas torna-se conhecidas as práticas referentes a sua dinâmica social, como se processava a sua economia, a religiosidade, entre outros.

Através das evidências trazidas pela arqueologia podem-se conhecer os utensílios ou materiais que eram utilizados por grupos específicos. Observa-se que mesmo os escravos sendo submetidos a uma vida difícil devido às limitações impostas e ao sofrimento e que viviam, estudos arqueológicos mostram que africanos e afrodescendentes desenvolveram formas de vida e estratégias que possibilitavam a manutenção de alguns costumes de maneira adaptada.

Ressaltando que esse período da história é tão complexo e extenso, sempre possui algo a ser descoberto ou revisto. Desde enfoques na construção do sistema escravagista até o estudo do dia a dia dos negros nessa época. A investigação da cultura material por meio das escavações (cerâmicas, dentes, cachimbos, objetos reciclados, botões) mostra a riqueza cultural dos negros e a forma como se organizavam, como vivam, são exemplos de achados materiais de resistência à escravidão e conservação da matriz africana.

A arqueologia por ser uma ciência interdisciplinar e diante do elevado potencial que possui é imperioso pensar em mais pesquisas que tragam evidências acerca do negro no Brasil escravocrata, sobretudo, voltas para a indumentária, já que há escassez de material que trate sobre essa temática.

É fundamental fazer um diálogo entre a história e a arqueologia com o intuito de trazer maiores contribuições no que concerne ao escravo negro no Brasil colonial. A escravidão é um capítulo da História do Brasil que não deve ser negligenciado, apesar dela ter sido abolida há muitos anos, ela não pode ser apagada e suas implicações não podem ser deixadas de lado ou ignoradas e a arqueologia é a ponte para que maiores informações acerca do período escravocrata sejam disseminadas.

6 REFERÊNCIAS

AMORIM, C.; PALADINO, M. **Cultura e literatura africana e Indígena**. Curitiba: IESDE., 2010. 180 p.

ANDERY, M. A. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: EDUC, 1996.

ANTONIL, A. J. **Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas**. pp. 26 e 27na edição original de 1711.

CARVALHO, M. R. R. de. **Nos Caminhos da Serra: Arqueologia, História, Patrimônio e Memória**. A ocupação humana na Serra da Cantareira entre os séculos XVII e XX. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/68556490-Nos-caminhos-da-serra.html>. Acesso em: 19 nov. 2018.

CECATO, D. F. **Diferença entre arqueologia e paleontologia**. Florianópolis/SC, 2016.

CHARLTON, T. H. **Economic Heterogeneity and State Expansion**. Economies and Politics in the Aztec Realm, edited by M. G. Hodge and M. E. Smith, pp. 221-256. SUNY Albany, NY: Institute for Mesoamerican Studies, 1994.

COMERLATO, F.; MORTARI, C. **Transcrição de diversos Manuscritos referentes à Irmandade de N. S. do Rosário e de N. S. do Parto**. Provedor: Sr. Oscar Paulo de Souza. Ilha de Santa Catarina, 2000.

COSTA, R. da. A expansão árabe na África e os Impérios Negros de Gana, Mali e Songai. In: NISHIKAWA, Taise Ferreira da Conceição. **História Medieval: História II**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009, p. 34-53.

EL FASI, M.; HRBEK, I. O advento do islã e a ascensão do império muçulmano. In: **História Geral da África: África do século VII ao XI**. 3 v. UNESCO, 2010.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2013, p. 46.

FERNANDES, C. O que é Arqueologia?. **Revista Brasil Escola**. 2018. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/o-que-e-arqueologia.htm>>. Acesso em 11 nov. 2018.

FERNANDES, T. **Vamos criar um sentimento? Um olhar sobre arqueologia pública no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

FRAGOSO, H. **Também sou teu povo, Senhor**: Jubileu 2000 – 500 anos evangelizando o Brasil. Paulo Afonso: CNBB - Regional NE 3, 2000.

FUNARI, P. P. A. O amadurecimento de uma Arqueologia Histórica Mundial. **Revista de História**, São Paulo, n. 135, p. 163-168, 1996.

_____. **Os avanços da arqueologia histórica no Brasil, um balanço**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 65, n.2, p. 23-25, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2010.

GONZÁLES-RUIBAL, A. Time to destroy an archaeology of supermodernity. In: **Current Anthropology**. v. 49, n. 2, 2008.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. 3. ed., Série Ensaio - 29, São Paulo: Ática, 1980.

GUIMARÃES, E. S.; MISS, A. **Múltiplas faces dos conflitos de terra**, Recife, 2009. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/158780088/Multiplas-faces-dos-conflitos-de-terra-es-cravos-lavradores-de-roca-e-senhores-no-final-da-escravidao-na-Mata-Norte-de-Pernambuco>. Acesso em: 10 nov. 2018.

HODDER, I. **Symbols in action**, Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

HOLANDA. S. B. de. **A Escravidão Contemporânea no Brasil**. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/53384157/A-Escravidao-Contemporanea-no-Brasil>. Acesso em: 19 nov. 2018.

HOORNAERT, E. et. al. **História da Igreja no Brasil**. Ensaio de interpretação a partir do povo, 4ª ed., Petrópolis: Vozes/Paulinas, 1995.

IANSSEN, M. O vestuário dos escravos **no Brasil**. 2011. Disponível em: https://martaianssen.com/2011/06/o-vestuario-dos-escravos-no-brasil_16.html. Acesso em: 08 out. 2018.

KERSTEN, M. S. A. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão da escravidão na corte. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEONE, M. The Georgian Order as the Order of the Merchant Capitalism in Annapolis, Maryland. **The Recovery of Meaning. Historical Archaeology in the Eastern United States**. Leone, M. & P. Potter. (eds.), pp. 235-261, 1988.

LIMA, T. A. Sintomas do modo de vida burguês no vale do Paraíba, século XIX: a fazenda São Fernando, Vassouras, RJ. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.1, n.1, p.170-206. 1993.

LOBO, A. **Brasil Colônia**: características gerais. Revista Webhumanas (Online), 2007. Disponível em: www.webhumanas.net/brasil-colonia---caractersticas-gerais. Acesso em: 13 ago 2018.

MATTOSO, K. Ser escravo no Brasil. 3ªed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO SOUZA, M. de. África e Brasil Africano. 2 ed. São Paulo: Ática, 2007.

MENDES, B. R. **Arqueologia** da Escravidão: uma proposta de pesquisa para Florianópolis. 42f. (Monografia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/131745/TCC%20Beatriz%20Regina%20Mendes.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MOCELLIN, R.; CAMARGO, R. de. **História em debate**. Volume 2. Ensino Médio. São Paulo: Editora do Brasil, 2010, p. 174.

NETO, J. **Na arqueologia, o que é Educação Patrimonial?**. Rio de Janeiro: IAB Editora, 2017.

NICOLAI, A. Que roupas eram usadas no período colonial?. **Ehow Brasil** (Onlie), 2017. Disponível em: https://www.ehow.com.br/roupas-usadas-epoca-colonial-sobre_61371/. Acesso em: 8 out. 2018.

ORSER J. R. **Introdução a arqueologia histórica**. Coleção Mínima, Ciências Sociais, Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PENA R. A. Arqueologia. **Revista Brasil Escola**. 2018. Disponível em: [tps://brasilecola.uol.com.br/geografia/arqueologia.htm](https://brasilecola.uol.com.br/geografia/arqueologia.htm). Acesso em: 10 nov. 2018.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 2011. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Prado%20Jr.%20Caio/Historia%20Economica%20do%20Brasil.pdf>. Acesso em: 12 ago 2018.

QUINTÃO, R. C. **Ritos Fúnebres dos Escravos e Forros nas Minas Gerais do Século XVIII**: um Debate Historiográfico. 2008. Disponível em:

periodicos.estacio.br/index.php/historiabh/article/viewFile/1640/escravos. Acesso em: 10 out. 2018.

RASPANTI, M. Q. **Moda e política no século XIX**. 2014. Disponível em: historiahoje.com/moda-e-politica-no-seculo-xix/. Acesso em: 18 out. 2018.

REIS, J.J. Aprender a raça. **Revista Veja**, São Paulo, edição especial: 25 anos: reflexões para o futuro, 1993.

RODRIGUES, N. dos S. **Escravidão e tensões sociais na região de Guarapuava, Paraná (século XIX)**. Dissertação (mestrado) Programa de Pós - Graduação em História. Universidade Estadual do Centro-Oeste, Paraná, 2015.

RODRIGUES, J. E. História em documento: imagem e texto. 2 ed. São Paulo: FTD, 2001.

RODRIGUES, R. N. **Os Africanos no Brasil**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: https://issuu.com/felipelavignatti/docs/rodrigues_os_africanos_no_brasil. Acesso em: 10 ago 2018.

SKARANO, J. **Historia e Escravidão**. Porto Alegre: Centro Editorial UFG, 1992.

SYMANSKI, L. C. Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flávia Prado (Orgs.). **Cenários regionais em arqueologia brasileira**. São Paulo: Annablume; Porto Seguro, BA: Acervo, 2009. p. 279-310.

SYMANSKI, L. C.; GOMES, F. Arqueologia da escravidão em fazendas jesuíticas: primeiras notícias da pesquisa. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, supl., 2012, p.309-317.

SKIDMORE, T. E. **Uma História do Brasil**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 33.

SILVA, S. Arqueologia e Imagem. **Revista USP** (Online), São Paulo, 2011.

SILVA, F. A. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. **MÉTIS: história & cultura** – v. 8, n. 16, p. 121-139, 2011.

SILVA, M. R. da. **O negro no Brasil: História e desafios**. São Paulo: Editora FTD, 1987.

SILVA, P. C. de S. **A Representação do Negro na Arte do Brasil Colônia e suas Relações com o Estudo da Cultura Afro-Brasileira**. Especialização em Ensino de Artes Visuais / Paula Cristiane de Souza Silva. – 2015. 65 f.

SILVA, R. da. **Escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Ática, 1987.

SILVÉRIO, R. V. **Educação e Ações afirmativas entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SOUZA, F. F. de.; MORTARI, C. **Homens e Mulheres de cor e de qualidade.** 1ed. Tubarão: Copiart, 2016.

SOUZA, D. **Pichação carioca: etnografia e uma proposta de entendimento.** 2007. Dissertação, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

SOUZA, P. M. **Visualidade da escravidão: representações e práticas no vestuário no cotidiano dos escravos no Rio de Janeiro oitocentista.** 263f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, R. G. A escravidão no Brasil. **Revista Mundo Educação** (online), 2010. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/escravidao-no-brasil.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

SOUZA, V. R. L. de. **O vestuário negro na fotografia e na pintura: Brasil, 1850-1890.** 137 f. Dissertação de Mestrado, UNESP – Instituto de Artes. São Paulo, 2007.

TAVARES, A. C. P. **Vestígios materiais nos enterramentos na antiga Sé de Salvador: postura das instituições religiosas africanas frente à Igreja católica em Salvador no período escravista.** Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2006.

TRIGGER, B. G. Archaeology and epistemology: dialoguing across the Darwinian chasm. **American Journal of Archaeology**, n. 102, 1998.